**A INCLUSÃO DAS PNEES NO AMBIENTE CULTURAL: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE ARIQUEMENSE**

**Orientador(a):** Marcia Iolanda de Souza de Oliveira

**Acadêmicos:** Bruno Mattos Leal

Gleicekelly Santos de Souza

Jeferson Loose Benevitz

Maria Izabel Gomes

Maíra Tais Santos de Souza

**RESUMO**

Este artigo científico traz uma análise das políticas públicas para as pessoas com necessidades especiais que foram aplicadas (as leis) pelo país para melhorar os espaços físicos e culturais do território. Na cidade de Ariquemes foi observado e analisado a escassez com relação às estas políticas. Tais escassez estão incluídas neste artigo.

 No que diz respeito a inclusão, a mesma pode ser feita de duas maneiras: fisicamente e culturalmente. Na inclusão física está inclusa a adaptação do local, como as ruas, bancos, espaços físicos em geral. Já a cultural está relacionada ao modo de tratamento, acesso à educação, etc. Tais inclusões, como adaptação de locais e modo de tratamento, estão escasso na cidade, segunda a pesquisa realizada. Desta forma, com o objetivo de avaliar a cidade, esta pesquisa pode concluir que há muito o que ser melhorado na cidade, com relação à acessibilidade.

**Palavras-chave**:PNEEs; Inclusão; Políticas.

# 1 Introdução

 A inclusão das pessoas com necessidades vem cada vez mais sendo fomentada na atualidade. Na comunidade ariquemense não é diferente. Procurou-se fazer uma análise de adaptação da comunidade ariquemense, contando com seus aspectos físicos e culturais, tendo em vista as políticas públicas.

**2 PNEES E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Considera-se pessoa com deficiência as que possuem degradação ou anormalidade em alguma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica de forma a ser temporária ou permanente.

 Quantos aos tipos de necessidades especiais, pode-se dividir em necessidade física e psicológica. Com isso, têm-se as seguintes deficiências: surdez, visual, mental e psíquica. De acordo com o DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999, para que uma pessoa seja considerada portadora de alguma deficiência, ela deve possuir uma das seguintes: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla.

 É importante deixar enfatizado que existe diferença entre a pessoa que portaalgumadeficiência e a pessoa que possui incapacidade. Esta última, diferente da primeira, está relacionada à restrição que o indivíduo possui em consequência de uma deficiência referente à alguma habilidade normal do ser humano. Nesta, a pessoa se torna incapaz de algo, isto é, ela é incapaz de alguma habilidade que ela deveria ser capaz, uma vez que o ser humano, de modo geral, tem esta habilidade como característica da sua espécie.

 Em síntese, as pessoas portadoras de deficiência ou que são incapazes no que diz respeito à alguma habilidade são consideradas pessoas com necessidades especiais.

 Os tempos mudam e, consequentemente, as realidades também. No passado os tratamentos e as políticas eram outros, mas que foram mudando com o tempo. O livro de TANNUZZI (2012) traz esta realidade, as perspectivas do passado e o aprimoramento destas para a atualidade.

 A sociedade vem implantando, conforme o tempo avança, políticas que atendem estas pessoas. No entanto se é observado em vários locais o não cumprimento de tais leis por parte de órgãos públicos e privados. É necessário a tomada de consciência por parte da população, principalmente os que portam necessidades especiais, para que exijam seus direitos.

 Quando se quer exigir algo considera-se que o que exige esteja adepto ao que exige. Inserindo esta frase à realidade das políticas públicas com relação à inclusão no espaço físico para atender as pessoas com necessidades especiais, foi-se observado que o local onde estas políticas foram desenvolvidas não é acessível à estas. Está-se referindo aqui ao local nacional. É direito destas pessoas, as com necessidades, viver num mundo onde se faz acessível as coisas e lugares das quais elas precisam para seusuprimento físico e psicológico.

**3 INCLUSÕES: ANÁLISE DO ESPAÇO FÍSICO E CULTURAL DA CIDADE**

 A inclusão traz para todos nós o desafio de mudarmos nossa forma de ver o mundo, de agir e de pensar (NONORA e FRIZANCO, 2008). Incluir significa pertencer à alguma coisa, constituindo-se à esta e fazendo parte. Inclusão se difere de integração. Enquanto a inclusão possibilita que um indivíduo faça parte de algo, a integração apenas compartilha esta parte do algo para o indivíduo. Trazendo estes conceitos para a realidade das pessoas com necessidades especiais, integrar é o mesmo que dizer para umas destas pessoas nestes termos: “pode ocupar espaço na escola, pode usá-la, mas da forma com ela é (comum, sem adaptação)”. Já a inclusão, responsabilizar-se-á de adaptar o local para que o portador de alguma necessidade faça parte deste local.

 Definidos os termos gerais para a compreensão do que se ocorre na cidade, pode-se trazer formalmente o estado de inclusão desta.

 Há quem falou, que nesta cidade observa-se a falta da presença de pessoas portadoras de necessidades especiais nos locais públicos e privados, como caixa lotérica, bancos, escolas, ruas, mercados, festas da comunidade, etc. Qual o motivo destas pessoas não estarem presentes nos locais de sua própria cidade? De forma geral, observa-se a escassez de acessibilidade, de inclusão. Ao invés de serem incluídas, elas estão sendo apenas integradas no espaço físico e cultural.

 Das 10 (dez) pessoas analisadas, contando com as portadoras de necessidades, todas estão insatisfeitas com a adaptação da cidade. Na pesquisa, foi possível concluir que das escolas, a privada está mais adaptada que a pública (o que preocupa, pois a maioria recorre aos recursos públicos). Em relação as empresas públicas, das 5 (cinco), 2 (duas) não estão totalmente adaptadas. Já nas privadas, 3 (três) não estão totalmente adaptadas.

No instituto federal da região, foi entrevistada a mãe de um estudante do mesmo. Ele é portador de necessidade especial. Segundo a mãe do menino, as ruas da cidade restringem a saída dele, uma vez que as ruas não são acessíveis, estão imersas numa imensidade de buracos.

 Na penúltima semana de novembro, estavam saindo do mercado, quando certo veículo, portador de um enorme obstáculo de madeira excedido de tamanho em relação ao veículo, quase a feriu na barriga enquanto ela conduzia o seu filho numa cadeira de rodas.

 No instituto, onde ele estudo, não falta adaptação. No entanto, o instituto está carente de zeladores para suprir as necessidades do menino no período em que está no mesmo. Com isso, a mãe está sujeita à cuidar do menino no período das aulas.

 Veja o relato de um estudante da zona rural:

“Eu sou o Cleriton, sou um estudante da área rural. Percebo que, primeiramente, os ônibus em relação ao transporte de estudantesnão há equipamentos pronto para o uso.

Mas no geral creio que existem muitas infraestruturas a serem realizadas para facilitar a vida de portadores de necessidades especiais. E principalmente temos portadores que sabem se cuidar sem ajuda de terceiros. Então eles querem liberdade, eles não querem ser reconhecidos como “coitadinhos” mais sim independentes. Acabar com o preconceito é a principal barreira a ser quebrada e depois, logo, iniciarmos uma infraestrutura que facilite a vida dos próprios.”

Segundo a professora Andreia, licenciada em História e especialista em administração pedagógica do espaço escolar e coordenação escolar, coordenadora do Mais Educação na escola onde ela trabalha: *“*entre as dificuldades existentes, destaca-se o difícil acesso à rampas e banheiros ocupados. A maioria das escolas não oferecem meios e acessibilidade às pessoas com necessidades especiais. Consequentemente, estas pessoas não têm motivação, esperança de convivência, de estudo e de auto realização. A igualdade não existe quando não se há providências quanto a isso. Ainda têm-se a família que se sentem desamparadas pela falta de cumprimento das leis que, existindo, não estão sendo aplicadas.*”*

 No bairro Rota do Sol, uma moradora cadeirante – necessidade especial física, reclamava pela escassa atenção à sua necessidade. A rua de sua residência encontrava-se com uma imensidade de buracos. A menina correu o risco de acidentes por várias vezes. Isso é um descaso, segundo a mãe.

 No setor 04 moram dois irmãos portadores de necessidades especiais, dependentes de cadeira de roda para locomoção. A prefeitura colocou um poste de energia de forma centralizada no local onde eles usam para a sua passagem – que atualmente já foi tirado. Um dos irmãos estava insistindo no SUS (Sistema Único de Saúde)da região para fazer operação de uma ferida. Este processo, para a operação, demorou mais de seis meses. Onde está a preocupação em acolher agradavelmente estas pessoas de forma adapta física e psicológica?

 Foi estabelecida uma meta, de no máximo 3 (três) anos, para todos os estabelecimentos se adaptarem para receber tais pessoas na cidade. A maior parte destes estabelecimentos deixaram para o último ano para adaptar seus locais.

 A falta de atenção cultural se é observada, uma vez que existe uma associação para pessoas com necessidades especiais na cidade, a Associação dos Deficientes Físicos de Ariquemes (ASDEFARI), quase totalmente desconhecida pelos moradores e, o que é preocupante, a comunidade dos PNEEs. Por que não há mais informações a cerca deste local? Segundo informações, o local recebe recursos a longo prazo, e quando recebe não se há informação por parte das pessoas para receberem seus direitos.

 A cidade conta com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), também. Apesar de ser uma importante instituição, uma mãe reclamou que teve de tomar a iniciativa de tirar seu filho, portador de necessidade especial, da APAE. Segundo ela, o menino sofria alguns preconceitos. Mas ainda assim, deve ser reconhecido o trabalho desta instituição.

 Outro caso, dos diversos, ocorreu com um grupo de atletas com necessidades especiais que queriam participar de um campeonato fora da região. Segundo um deles, a cidade não auxiliou eles com o transporte necessário para a locomoção até o local do campeonato. Tiveram que ir “por conta própria.”

 Muitos estabelecimentos da cidade, apesar de ter acessibilidade a portadores de necessidade visual não tem para pessoas com deficiência neurológica, e assim por diante. Exemplo disso é a falta de corrimão- utilizado por cegos ou outros com precisão, para escorar.

 Como diz o estudante da área rural: estas pessoas não gostam de ser tratadas como “criancinhas”. Quanto ao tratamento destas pessoas, até mesmo para ajuda-las, é preciso cautela. No caso de não saber o que fazer para ajudá-la em alguma tarefa, pergunte a ele como prefere ser ajudado (NONORA e FRIZANCO, 2008). Se tem uma coisa que uma pessoa com deficiência visual detesta, é quando uma pessoa – tentando ajuda-lo – pega nele sem a sua autorização. Eles se sentem impotente. Numa análise geral, percebe-se a falta desta informação por parte da comunidade.

 Como retrata Mosqueira (2010), os deficientes visuais no decorrer dos tempos sofreram muitas discriminações, foram praticamente largados, esquecidos, mas com grande luta conseguiram seu espaço. São evidentes essas mudanças de comportamento desses indivíduos em razão de suas conquistas.

Dar-se ênfase nos portadores de deficiência visual quanto a adaptação cultural, pois são eles os que mais sofrem negligência quanto ao modo de serem tratados. Apesar do autor retratar estas pessoas como “grandes vencedoras” da discriminação, há muito o que ser melhorado na estrutura física e cultural da cidade para as receber.

 Em visita à uma biblioteca da cidade, pode-se analisar a falta de atenção a estas pessoas. O local possui,ocultamente,um local de ensino para pessoas com necessidades de aprender braile (pessoas com deficiência visual).

 A prefeitura encontrou uma professora de braile.Mas com a troca de prefeito, a professora desligou-se da prefeitura. Consequentemente,o local não está funcionando. São duas maquinas de braile paradas.São muito os livros adaptados para atender estas pessoas, que estão parados. Segundoinformações, o local atendia mais de 20 alunos na região. No entanto nada adianta tanto recurso sem a presença de um professor.

Como se é possível incluir culturalmente estas pessoas na cidade? Como garantir o acesso à educação, uma vez que não funciona o local de estudo? Por que simplesmente ocultaram esta realidade?

 Com relação ao espaço físico, o local permite a entrada destas pessoas, mas nãoestá formalmente adaptado para elas entrarem e saírem por conta própria.

 A biblioteca fica de frente à avenida,mas as calçadas das ruas e das avenidasnão são adaptadas, para permitir acessibilidade a estas pessoas. Embora esteja no centro da cidade, dificilmente uma pessoa com necessidades especiais poderá, sem problemas, ter acesso a biblioteca.

 Em síntese, para contribuir para a “igualdade a todos” se é preciso conscientizar-se. É nesta perspectiva que Silva (2010) se referia em sua obra, é abrir os olhos para uma nova realidade, para um novo modo de ver e pensar acerca da adaptação para estas pessoas.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

 Para que os PNEEs sintam-se verdadeiramente “em casa” se é preciso mais atenção por parte das autoridades locais da cidade e, até mesmo, conscientização por parte dos moradores, uma vez que a realidade se tornará melhor com a procura democrática do povo.

 A cidade não é pequena. Por este fator, entre outros, já se devia esperar maiores providências com relação ao assunto.

**5 REFERÊNCIAS**

NONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as Deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

Ministério da Educação*.* **Núcleo de Educação Inclusiva***.* Disponível:<http://www.nei.ufop.br/dicas6.php>. Acesso em 01 de Dez. de 2014.

MOSQUEIRA, Carlos Fernando França. **Deficiência Visual na Escola Inclusiva**. Paraná: IBPEX, 2010.

TANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficienteno Brasil: primórdio ao início do século XXI**. São Paulo: Autores Associados, 2012.

SILVA, Aline Maira Da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Paraná: IBEPEX, 2010.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e Igualdade Social.**São Paulo: Avercamp, 2006.